

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Outra tempestade

O governo pode enfrentar em breve uma nova derrota, desta vez, com a derrubada do decreto que altera a regulação do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O deputado Duarte Jr. (PSB-MA) apresentou um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para sustar a medida. “A norma exige prazos curtos para defesa, atualização cadastral e realização de registro biométrico, desconsiderando as reais condições de acessibilidade, conectividade e suporte técnico enfrentadas por milhões de brasileiros que não dependem desse benefício para sua subsistência”, justifica o autor no texto.

Acordos

A bancada do Distrito Federal na Câmara dos Deputados diz que o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) está sob constante ameaça, mas há uma diferença em relação ao passado: um acordo com o presidente Hugo Motta durante a campanha para a Presidência da Casa dá um pouco mais de segurança. Motta e os deputados do DF acordaram que, se o governo quiser mexer no FCDF de novo, o presidente considerará colocar uma proposta em pauta. Por outro lado, os governistas afirmam que é necessário realizar um ajuste no Fundo.

Hoje tem balanço

Com Hugo Motta em Portugal para palestrar no XIII Fórum de Lisboa, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pretende aproveitar a sessão de hoje para fazer uma prestação de contas do primeiro semestre com as “entregas” ao governo. O senador apresentará todos os projetos aprovados, como forma de mostrar que o Executivo não tem muito do que reclamar da produção do Parlamento.

A voz do líder

O líder do PT no Senado, Rogério Carvalho (SE), foi incisivo ao chamar seus companheiros de governo — e aqueles que seguem mais afastados —, ao diálogo para solucionar as questões políticas. “Não se resolvem os problemas políticos em redes sociais. É preciso respeito à institucionalidade e às atribuições de cada Poder, sem reações infantis. Hoje, as respostas a um celular que cai no chão é como se o mundo tivesse acabado. Não pode ser assim”, afirmou à coluna.

Os arrependidos

Não são poucos os membros do governo que olham para trás com um certo ar de que houve um erro de avaliação na hora de escolher o presidente da Câmara dos Deputados no início do ano. Alguns dizem com muita reserva ter certeza de que Hugo Motta (Republicanos-PB) esperaria muito mais para o governo do que tem demonstrado. O parlamentar, porém, ao fazer o decreto do IOF em votação sem avisar da data com antecedência e nem atender telefones de ministros, alterou esse curso. Sempre que puder, apresente-se como presidente de um Poder, prega a independência em relação ao Executivo. Essa semana, fez, inclusive, uma exposição sobre isso, citando constitucionalidade, democracia e controle de gastos, na casa do ex-governador de São Paulo João Doria,

fundador do grupo Líderes Empresariais (Lide). Nesse contexto, avaliando ministros e outros líderes políticos, o deputado mostra-se mais afinado com a oposição e com o senador Ciro Nogueira (PP-PI), que trata Motta como “o filho político que ele não teve”. Nessa toada, será difícil acertar o passo entre o governo e o presidente da Câmara.

Veja bem/ Depois de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela constitucionalidade do decreto do IOF, sem criticar o Legislativo, o presidente fará outro gesto de apreço ao Congresso. Até ontem, a ideia era sancionar sem vetos a ampliação do número de cadeiras na Câmara dos Deputados. E, assim, mostrar aos congressistas que é preciso cumprir as decisões de cada Poder.



CURTIDAS

Pede também/ Antes da coletiva do governo na Câmara dos Deputados, o líder do governo, José Guimarães (PT-CE), cochichou com o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE). Pediu que ele conversasse com o presidente em exercício da Câmara, Elmar Nascimento (União-BA), no projeto de Benevides sobre cortes em benefícios fiscais. “Vai no Elmar e pede para ele incluir urgência no seu também”, disse o líder. Na última terça-feira, foi votada a urgência do projeto que define regras para isenções futuras.

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Esgotado/ O voo da TAP de Brasília para a capital portuguesa ontem estava lotado de palestrantes do XIII Fórum de Lisboa. Um dos ilustres passageiros foi o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Ausências/ Pelo menos quatro autoridades desistiram de ir ao XIII Fórum de Lisboa. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, o ministro do STF Dias Toffoli, que sempre comparece, e a ex-ministra Izabella Teixeira, que tem outro evento na Alemanha. O integrante da Suprema Corte aproveitará o início do recesso para cuidar da saúde.

É assim mesmo/ Todos os anos, sempre há algumas resistências. Especialmente, as autoridades que contam que não é hora de falar. O momento é de preparar uma negociação para este segundo semestre, que promete ser puxado.

CRISE DO IOF

No Supremo e no Congresso

Governo acionou o STF contra derrubada de decretos pelo Legislativo. Líderes tentam evitar que gesto seja visto como afronta

» ISRAEL MEDEIROS
» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

Com o temor da repercussão no Congresso da judicialização do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), a equipe de articulação política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva avisou aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, Hugo Motta (Republicanos-PB), e Davi Alcolumbre (União-AP), a decisão de acionar o Supremo Tribunal Federal (STF). A ideia era evitar que os chefes do Legislativo vissem o movimento como uma retaliação à derrota do Executivo na semana passada.

O Executivo e o próprio PT alertaram o Planalto sobre os riscos de judicializar a derrubada do decreto. O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), foi o encarregado de avisar Motta. “Mesmo quando a gente briga, tem que ser com respeito. Agimos com correção. O governo quer garantir o que lhe é assegurado pela Constituição. Não é embate, é institucionalidade”, afirmou o parlamentar a jornalistas.

Ele citou uma série de projetos que o governo quer ver avançar até o recesso, que começa em 18 de julho. Entre as pautas, estão a Medida Provisória do setor elétrico; a PEC da Segurança Pública; a MP do ajuste fiscal (que trouxe aumento em tributos já existentes e a revisão de isenções para alguns investimentos); e o projeto que eleva a faixa de isenção do Imposto de Renda (OR) para R\$ 5 mil.

O líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), foi menos diplomático. Na sessão que aprovou a derrubada do IOF, o político havia criticado o projeto de decreto legislativo e argumentando que a decisão do parlamento era inconstitucional. Ontem, defendeu a

judicialização, que classificou como “juridicamente correta” e “necessária”. Ele lembrou que as alíquotas do IOF eram mais altas durante a gestão de Jair Bolsonaro, mas o Congresso não interveio na situação.

“Durante o governo anterior, o IOF foi mantido por decreto com alíquotas de até 6% ao ano — quase o dobro do percentual atual — sem que tenha havido qualquer alegação de abuso do poder regulamentar ou sustação pelo Congresso. O que se vê agora é uma reação político-partidária disfarçada de fiscalização legislativa”, disse via redes sociais.

O posicionamento não é unanimidade na bancada petista. Deputados ouvidos reservadamente pelo **Correio** disseram que, embora a judicialização tenha sido a decisão correta, a decisão deve trazer ainda mais dificuldades para a articulação política do governo, que tem sido pressionada pela cúpula do Congresso a acelerar o pagamento das emendas parlamentares. O entendimento é que o Legislativo não vai aprovar medidas impopulares para ajudar o Executivo a fechar as contas sem contrapartidas.

Até a semana passada, os valores pagos em 2025 e referentes a emendas apresentadas este ano eram menos de 1% do total. Agora, dos R\$ 8,58 bilhões pagos, cerca de 11% (R\$ 939,7 milhões) são de recursos indicados este ano. Com a liberação dos recursos, a tendência é que a tensão com o Legislativo comece a esfriar.

Outra chance de reaproximação, segundo os deputados da base, é um projeto de lei complementar que prevê a revisão de benefícios tributários — assunto que une os presidentes do Congresso e a equipe econômica do governo. A urgência para a votação do texto, que já foi aprovado no Senado em 2023, estava na pauta de ontem, mas não foi aprovada.

AGU argumenta pelo IOF

“Estamos conduzindo uma discussão jurídica necessária, porque é importante que nós tenhamos condição de voltar à normalidade institucional”

“Neste momento, falará o direito. Obviamente, a política poderá chegar a soluções próprias, a arranjos próprios. Tudo isso é legítimo. O Executivo está aberto a manter um diálogo em alto nível com todos os chefes de Poderes”

“A medida adotada pelo Congresso Nacional acabou por violar o princípio da separação de Poderes”

“A preocupação do presidente não é atacar um ato do Congresso, não é, de forma direta, discutir com o Congresso. O que o presidente quer é que o Supremo aprecie uma atribuição que a Constituição lhe conferiu”

“É muito preocupante que, diante desse quadro, o Congresso, ao aprovar um decreto legislativo, acabou considerando um decreto inconstitucional por via

O deputado federal Rogério Correia (PT-MG), relator do texto na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), pleiteou a relatoria do texto no plenário. Se Motta atender, será um gesto de boa vontade ao governo. Até ontem, no entanto, não havia qualquer indicativo por parte do presidente — que está fora do Brasil — de que atenderia o pedido do congressista.

Dentre os parlamentares de oposição, as reações à judicialização foram negativas. Para o deputado Zucco (PL-RS), o governo começou uma

Emanuelle Sena/AscomAGU



Jorge Messias, AGU, defende ação do governo no STF

transversa, que nem mesmo o Supremo fez. Somente o STF tem a competência constitucional de declarar inconstitucionalidade de atos normativos”

» “Uma vez que o decreto presidencial produziu efeitos

válidos durante o mês de junho, relações tributárias foram geradas a partir da produção desses efeitos. A atuação do decreto legislativo acabou por gerar insegurança jurídica nas relações tributárias, gerando, potencialmente, risco econômico aos interesses da Fazenda”

“guerra” com o Congresso. “O governo perdeu no parlamento, perdeu na política e agora tenta vencer no tapetão. Isso é uma afronta, é uma declaração de guerra. Não apenas contra o Legislativo, mas contra o povo brasileiro”, declarou.

Setor produtivo reage

Um grupo de 17 frentes parlamentares que representam o setor produtivo divulgou, ontem, um manifesto em que repudiou a decisão do governo de acionar

o STF. Para a Coalizão das Frentes Produtivas, a judicialização atenta contra o princípio da separação dos Poderes.

“Embora legal, (a decisão do governo) visa abalar a harmonia entre os Poderes e atentar à soberania do Legislativo. Com ampla maioria, o Poder Legislativo exerce seu papel constitucional em sustar um ato do Executivo que impunha aumento de impostos sem debate democrático e com claros desvios de finalidade”, apontou o manifesto.

Moraes será o relator

» MAIARA MARINHO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi confirmado, ontem, o relator das três ações protocoladas pela Advocacia-Geral da União (AGU) sobre a validade dos decretos presidenciais a respeito do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Os processos somam-se a outros dois do mesmo tema, apresentados pelo PL e pelo PSoL, também sob relatoria do magistrado.

As três novas ações se contraem. O Partido Liberal pede que a Corte reconheça a inconstitucionalidade dos decretos presidenciais que alteraram as alíquotas do IOF. Por outro lado, o PSoL solicita que o Supremo declare inconstitucional o Projeto de Decreto Legislativo (PDL 176/2025), aprovado pelo Congresso Nacional, para sustar os efeitos das alterações propostas pelo Executivo. O governo federal pede a derrubada do decreto sobre o IOF. A AGU havia sinalizado a intenção de judicializar o caso. Segundo o advogado-geral da União, Jorge Messias, a decisão do Congresso ataca a separação dos Poderes. “A nossa conclusão é que o decreto é constitucional, ou seja, não poderia ser sustado pelo Congresso Nacional”, afirmou o ministro. “Essa é uma decisão madura, decidida e muito bem informada”, completou.

Messias negou, no entanto, que o objetivo do governo seja “colocar em xeque” as decisões do Congresso. “O que estamos pedindo ao STF é uma constatação de constitucionalidade do decreto do presidente”, afirmou. “É um ato em favor de uma atribuição própria do presidente da República”, disse.